

# ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA BREVE TRAJETÓRIA PÓS-GOLPE DE 2016

Claudia Cristina Borba de Barros da Rosa<sup>1</sup>; Suely Aparecida Martins<sup>2</sup>

Eixo temático: Políticas de Gestão da Educação Superior

**Resumo:** No presente trabalho analisamos as políticas adotadas pelo governo de Michel Temer no que se refere ao Ensino Superior em nosso país, os retrocessos e o aprofundamento da crise das universidades públicas brasileiras. Para tanto, historicizamos as políticas públicas adotadas pelo governo de Inácio Lula da Silva, onde se observa uma mudança substancial no sentido de propiciar o acesso ao Ensino Superior às classes populares e para a descentralização das Universidades Federais no país. No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, podemos dizer que ocorreu a continuidade das políticas compensatórias do governo Lula, mesmo que com um programa neoliberal moderado. Tais avanços têm sido ameaçados com os rumos tomados no atual governo de Michael Temer, que adota um neoliberalismo contundente, colocando mais uma vez o Ensino Superior público em processo de sucateamento e, ao mesmo tempo, retomando a mercantilização da educação em nosso país. Para os efeitos desse estudo, nos deteremos às contradições que envolvem o Ensino Superior no período de 2016 em diante, pós-golpe parlamentar-judiciário-midiático que teve como desfecho o *impeachment* da presidenta da república. Trata-se de um estudo bibliográfico buscando entender o movimento histórico que deu origem as medidas tomadas pelo novo presidente Michel Temer, até então vice-presidente, como presidente ilegítimo de nosso país. A atuação do seu governo se reflete no corte de verbas para manutenção da expansão que as IES haviam tido nos anos anteriores, enxugamentos com gastos de pessoal. Sendo assim, por falta de verbas acaba-se por priorizar o ensino, deixando de lado as outras atividades que fazem parte da vida da universidade e intensifica-se a adoção de cursos aligeirados para atender o mercado, bem como a EaD, além de um verdadeiro ataque aos direitos trabalhistas. Adota-se medidas para reduzir os custos, precarizando o trabalho universitário, caracterizando uma busca clara pela terceirização. A Universidade tem sido fortemente atacada pela máquina estatal, com busca e apreensão de documentos, como aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina e também na Universidade Federal de Minas Gerais, além de professores sendo conduzidos coercitivamente para depoimentos. Há um movimento de repressão tentando calar vozes que são destoantes das políticas do governo, no entanto, precisamos resistir por meio de movimentos sociais antissistêmicos que defendam a autonomia das universidades e sua necessidade de pesquisa, ensino e extensão.

**Palavras-chave:** Ensino Superior; políticas neoliberais; precarização do trabalho docente.

## Introdução

Tratamos nesse artigo da trajetória que deu origem ao golpe parlamentar-judiciário-midiático que ocorreu contra o governo eleito de Dilma Rousseff, onde tomou o poder o presidente ilegítimo Michel Temer em agosto de 2016. Apontamos, para ajudar na

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. UNIOESTE de Francisco Beltrão. borbadebarros@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Doutora - Orientadora. UNIOESTE de Francisco Beltrão. Martins\_sue@hotmail.com.

compreensão desse contexto, os avanços sociais alcançados nos governos anteriores, principalmente no que tange a educação, em particular o ensino superior.

Por fim, como consequência do momento histórico que vivemos apresentamos alguns fatos envolvendo as atuações da Polícia Federal nas universidades federais do país e que de certa forma são indicadoras de um processo que visa atacar as universidades públicas e, ao mesmo tempo, reforçar o serviço público como oneroso e pouco produtivo, devendo, portanto, ser privatizado.

Para os efeitos desse breve estudo, nos detemos às contradições que envolvem o golpe e o pós-golpe de 2016 e como esses acontecimentos afetam o ensino superior público em nosso país deixando de lado os interesses nacionais para atender o capital e as classes hegemônicas. Trata-se de um estudo bibliográfico, buscando entender os movimentos históricos que deram origem ao golpe de 2016, como se organiza o governo ilegítimo no que diz respeito a educação, em especial, ao ensino superior. E como a sociedade organizada pode e está reagindo a essas medidas.

### **Ensino superior no período dos governos do pt: 2003-2016**

Com a eleição em 2002, pode-se dizer que teve início uma nova trajetória para o ensino superior brasileiro, que vinha de um período de descaso e sucateamento ocorridos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em 2003, assume o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), prometendo uma nova visão em relação ao país, e trazendo consigo a confiança de um grande número de brasileiros que acreditavam nessas mudanças. Porém, embora tenhamos avançado em alguns aspectos, principalmente sociais, os governos petistas não realizaram a ruptura com o neoliberalismo<sup>3</sup> dos países hegemônicos, ou seja, de certa maneira continuou a defender os interesses do capital, embora com algumas tensões causadas pelos movimentos sociais e por alguns integrantes do governo que continuaram

---

<sup>3</sup> Segundo Negrão (1996) o neoliberalismo teve origem na obra de Friedrich Hayek escrita em 1944 “O caminho da servidão”. E possui duas vertentes: na primeira na visão ideológica original seria uma versão mais dura, que previa uma subordinação incondicional ao mercado e não permitia nenhuma intervenção do Estado na sociedade nem na economia. Vale salientar que esta vertente não foi aplicada em nenhum lugar. A segunda vertente é mais flexível e vem conseguindo ser predominante como ideologia hegemônica no mundo, orienta vários governos, principalmente dos países hegemônicos, tanto os conservadores de direita até os governantes de partidos social democratas. “Podemos dizer que essa versão mais light está centrada doutrinariamente na ideia de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e, especialmente, financeira na redução do tamanho e papel do Estado (Fernandes 1995). E, nesse caso, admite-se – ou mais que isso, apoia-se- intervenções estatais “para promover “reformas” que se dêem nesse sentido. Uma característica dessa vertente do neoliberalismo, “realmente existente” é uma certa desqualificação da Política que rege por determinações que não aquelas da “mão invisível” e a tendência de uma forte centralização no Executivo, relegando o Legislativo, mais permeável a determinações políticas, a segundo plano. É uma versão do neoliberalismo que vem orientando o processo de globalização da economia. ” (NEGRÃO, 1996, p.2).

militantes. Ainda, que existam convergências entre dos planos de governos de Lula e FCH é importante salientar, conforme Frigotto (2011, p. 240):

O que quero sublinhar é que, a despeito da continuidade no essencial da política macroeconômica, a conjuntura desta década se diferencia da década de 1990 em diversos aspectos, tais como: retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento; alteração substantiva da política externa e da postura perante as privatizações; recuperações, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta com os movimentos sociais, não mais demonizados nem tomados como caso de polícia; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo.

O que Lula oferece em seus governos são políticas públicas com um programa neoliberal moderado, voltou a incentivar a rede pública de ensino superior, e em certa medida, tentou priorizar os princípios fundamentais da autonomia universitária ensino, pesquisa e extensão em sua indissociabilidade. Criou novas universidades federais, novos campi onde já existiam, proporcionou concurso para professores e funcionários. Nesta mesma direção o governo federal lançou o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni<sup>4</sup>) entre 2008 e 2012:

A política de expansão extensiva federal no governo Lula tinha por objetivo reduzir distâncias geográficas e as desigualdades regionais na educação superior. O programa de governo materializou-se em ação concreta, à medida que as universidades federais abriram novos campi no interior dos Estados no âmbito dos projetos de expansão pactuados com o Ministério da Educação (MEC) por intermédio do Reuni. Além disso, novas universidades federais foram criadas em cidades interioranas. (CARVALHO, 2015, p.86).

Conforme Mancebo (2015), o Reuni se tornou a maior política pública de expansão do ensino superior, sendo responsável pelo aumento de 60,05% das matrículas presenciais na rede federal entre 2007 até 2012. Porém, a forma como se deu a implantação e as consequências merecem uma avaliação crítica, em virtude dos contratos de gestão através dos quais o programa foi implementado, efetivando o caráter público não-estatal nas universidades, logo, fez com que essas fossem impelidas a buscar recursos para se manter na iniciativa privada, desobrigando a União de manter essas instituições de forma única. Seus objetivos foram:

[...] aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação; através da flexibilização dos currículos, uso da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos

---

<sup>4</sup>O Reuni foi instituído pelo Decreto Federal nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares; criar um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre instituições de ensino. (MANCEBO, 2015, p.152)

As universidades que aderiram a esse contrato de gestão tiveram um prazo de cinco anos, tendo como benefício do governo um acréscimo de recursos limitado a 20% das despesas com pessoal. Sendo assim, as alternativas para efetivação da proposta se basearam em recursos existentes nas universidades o que apontou para dois caminhos: o aumento significativo do trabalho do professor e o aligeiramento do ensino, o que só veio a aprofundar o processo de certificação em larga escala.

No entanto, é fato que as políticas públicas de ações afirmativas<sup>5</sup> adotadas em nosso país nos anos 2000 trouxeram maior democratização do ensino superior, em termos de número de instituições, que passaram a abranger o território nacional de forma mais democrática. Buscou-se atender a grande diversidade brasileira, e quem realmente não tinha condições de acesso à universidade fora de sua cidade ou Estado, viesse a ter oportunidade de frequentar o ensino superior perto de casa.

O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo a educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local. (MEC, 2014, p.20)

O aumento significativo no número de universidades federais, novos campus das universidades que já existiam, aumento de cursos de graduação presencial, bem como aumento de número de vagas nesses cursos, acarretou o aumento de matrículas, tanto no presencial como a distância, bem como nos programas de pós-graduação, que tiveram aumento significativo. Esses dados tornam palpável o aumento das possibilidades de cursar o ensino superior no Brasil no período de 2002 a 2014, conforme tabela:

---

<sup>5</sup> As ações afirmativas tiveram início na UERJ, primeiramente como cotas sociais, no entanto, posteriormente as universidades foram adotando essas ações conforme sua realidade, com cotas raciais, para indígenas, renda per capita combinadas entre si ou isoladas por categorias. Primeiramente foram as universidades estaduais, a primeira universidade federal foi a UNB. Lembrando que a Lei Federal 12.711/2012, que institui as ações afirmativas nas instituições federais de nosso país.

**QUADRO 1** -Panorama da expansão universitária

	2002	2014
<b>Universidades Federais</b>	45	63
<b>Câmpus</b>	148	321
<b>Cursos Graduação Presencial</b>	2.047	4.867
<b>Vagas Graduação Presencial</b>	113.263	245.983
<b>Matrículas Graduação Presencial</b>	500.459	932.263
<b>Matrículas Educação a Distância</b>	11.964	83.605
<b>Matrículas Pós-Graduação</b>	48.925	203.717

Fonte: CENSO/2013- Inep IN: (MEC, 2014, p.31).

Com o aumento de universidades e campus, se torna maior o número de cursos, logo aumenta o número de matrículas, o que proporcionou o acesso ao ensino superior de uma parcela da população que não chegava a esse nível de ensino. Além do Reuni, o governo Lula continuou a democratizar o acesso ao ensino superior, através de novas formas de acesso, como o ENEM, que adquiriu certa centralidade; também foi criado o Programa Universidade para Todos (Prouni<sup>6</sup>), dedicado a vagas nas IES privadas, constituiu-se o Sistema de Informação Simplificado (Sisu<sup>7</sup>), que se tornou o principal mecanismo de seleção das instituições federais; instituiu a Universidade Aberta do Brasil (UAB<sup>8</sup>), a Rede Federal de Educação Profissional<sup>9</sup>, unindo em uma só Lei todas as instituições federais de ensino, foi reestruturado o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)<sup>10</sup>.

Se, em alguma medida o governo Lula se distanciou de medidas tomadas pelo governo de FHC, em essência não ocorreram mudanças significativas no que tange a uma reforma do ensino superior. No entanto, pela presença no Governo de interesses vinculados também as classes trabalhadores, num claro tensionamento, houve avanços consideráveis em relação ao ensino superior, especialmente no que se refere ao acesso das classes populares a esta modalidade de ensino.

Embora os avanços não sejam os sonhados, o acesso e algumas políticas públicas de permanência, tornam-se muito importantes dentro dos limites que o capitalismo dependente<sup>11</sup>

<sup>6</sup> Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005

<sup>7</sup> Sistema de Seleção Unificada (Sisu), é o sistema informatizado do MEC no qual as instituições de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM.

<sup>8</sup> Para ter melhor compreensão buscar Decreto nº 5.800, de 29 de dezembro de 2006.

<sup>9</sup> De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

<sup>10</sup> A Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007.

<sup>11</sup> O capitalismo dependente que se desenvolveu na América Latina, se constituiu em função da burguesia preferir subordinar-se aos países hegemônicos, mesmo perdendo alguns privilégios, do que unir-se com os trabalhadores para fazer realmente uma revolução. Conforme Oliveira (2013, p. 69): “A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e

nos impõe na busca por uma universidade que atenda os interesses da classe dos que vivem do trabalho e que atue na transformação da sociedade em que vivemos baseada nas ciências e tecnologias científicas constituindo a mola mestra para o desenvolvimento nacional. Como Florestan (1975, p.76), define:

A universidade moderna não se organiza para “pequenos números”. O ensino superior não é mais nem um privilégio nem um “dom” intelectual. É uma necessidade social. A sociedade moderna precisa de uma grande massa de indivíduos com instrução de nível superior. [...] A expansão de um ensino superior graduado, destinado à procura de massa; e a expansão de um superior pós-graduado, destinado ao recrutamento, ao treinamento e aproveitamento dos melhores talentos, em termos de potencialidades intelectuais para a produção de saber científico ou tecnológico. A relação entre os dois setores constitui, naturalmente, uma função do grau de avanço econômico, social e cultural das comunidades nacionais.

Assim sendo, a universidade nesses moldes, é uma necessidade social. A pesquisa e a extensão, como instrumentos de ensino, devem ser estimuladas de forma que atendam aos interesses e necessidades nacionais, não mais do mercado e das grandes oligarquias.

Podemos dizer que no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, continuou-se com as políticas compensatórias do governo Lula, ou seja, com um programa neoliberal moderado. Em 2012 a presidenta sancionou a Lei nº. 12.711, que regulamentou a questão das ações afirmativas nas universidades federais foi depois de um longo período de polêmicas sobre a constitucionalidade dessas políticas. Conforme Mancebo (2017), porém, a burguesia não estava mais contente com o encaminhamento governamental e, começaram os protestos de vários segmentos da sociedade. Embora Dilma tenha conseguido a reeleição em 2014, houve um desmonte da base governista no congresso, além de ajuste fiscal, que desencadeou o fim do que poderíamos chamar de uma conciliação das classes no Brasil.

Diante da situação, um golpe parlamentar-judicial-midiático começava a tomar corpo e culminou em 31 de agosto de 2016, com o *impeachment* da presidenta da república, colocando em seu lugar Michel Temer até então vice-presidente, como presidente ilegítimo de nosso país. Segundo Alves (2016, s.p): “o governo Temer como governo ilegítimo aderiu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal, dando-lhe novo fôlego na América Latina para o projeto hegemônico dos EUA. ”

### **Uma breve trajetória do governo temer: a volta do neoliberalismo contundente**

Não por acaso o até então vice-presidente Michel Temer, chega a presidência depois do golpe, que foi o *impeachment* da presidenta Dilma, associando-se ao PSDB, partido derrotado nas urnas em 2014, pelo plano de governo o qual Dilma representava. Além, de eximir-se dos problemas e das ações do governo do qual fazia parte, deixou para o Partido dos Trabalhadores toda a conta dos erros cometidos. Segundo Prates (2016, p.227): “ [...] corroborando para a criação de um sentimento de antipetismo nada salutar ao ambiente democrático brasileiro e que teve seguramente influência fundamental nas eleições para prefeitos e vereadores que logo se procederam, com enorme vantagem dos partidos de direita e altos níveis de abstenção. ” Em 2015 Michel Temer, ainda como vice-presidente, apresentou o plano “Uma Ponte Para o Futuro”, completamente alinhado com os interesses do capital e logo dos países hegemônico. Na sua apresentação:

Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. (TEMER, 2015, p.1)

Segundo Prates (2016), este plano foi apresentado a seguimentos da sociedade como a federação das indústrias e meios empresariais antes mesmo do afastamento da presidenta em 2016. Ainda, o plano chama o povo brasileiro “de boa vontade” para buscar soluções para os problemas que o país está enfrentando, ao invés de enquanto governante propor soluções para a crise, buscado por exemplo alternativas para melhor distribuição de renda no país.

Ainda segundo a mesma autora, o plano fala que parte de um consenso no país, no entanto, como colocado anteriormente o plano foi apresentado para os segmentos da indústrias e empresariado. Em nenhum momento representações dos movimentos populares, comunitários, sindicais, movimentos sociais e de trabalhadores foram chamados para a discussão, de que tipo de consenso está falando o senhor Temer? Um consenso entre as classes dominantes locais e internacionais?

Dadas as condições de interinidade do presidente, na ocasião em que o Plano foi inicialmente apresentado, e os limites de um Plano que, por coerência, deveria ser de curto prazo, uma vez que a suspensão inicial do mandato da Presidenta Dilma havia sido estipulado em 180 dias, a expectativa era de que algumas prioridades fossem elencadas com base em dados objetivos, muito bem justificados, para enfrentar as situações mais graves do país, porém sem que alterações mais profundas em aspectos estruturais fossem propostas, pelo menos até que os resultados do processo de impeachment se definissem. (PRATES, 2016, p.226).

No entanto, o que podemos presenciar é uma mudança radial nas ações governamentais, buscando ajustes econômicos e colocando em risco os direitos sociais

conquistados. Na educação superior é clara a tendência a privatização, com a influência do Banco Mundial, de uma forma ainda mais contundente do que a praticada pelos governos petistas. Observamos um processo de desmonte da rede federal, que foi fomentada pelos governos anteriores. A atuação do governo reflete no corte de verbas para manutenção da expansão que as IES haviam tido nos anos anteriores, enxugamentos da contratação de pessoal via concursos públicos. Por falta de verbas acaba-se reduzindo a atividade universitária ao ensino, deixando de lado o investimento em pesquisa e extensão que são fundamentais para a vida da universidade. Para atender ao mercado, se intensifica a oferta de cursos aligeirados e a expansão da EaD.

Nas IES públicas, o momento da expansão de matrículas e cursos- como foi o caso do REUNI- é freado em função dos ajustes, deixando às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, campi e forte interiorização, sem devido financiamento. (MANCEBO, 2017, p.884).

Nesses novos moldes a educação superior, muitas vezes é confundida com um ensino pós-secundário. Conforme Mancebo (2017) um modelo de educação por competências profissionais, flexibilização de currículos, cursos com tempo mais curtos de duração, com tutorias esporádicas, sem a necessidade da presença do professor nem de pesquisa e extensão. Uma educação concebida de forma que está muito mais próximo da hegemonia do capital financeiro, sob o jugo do capital portador de juros e da simulação de mercado. A universidade nesses moldes se torna uma empresa produtora de mais valor no mercado, fugindo completamente da tríade ensino, pesquisa e extensão.

Os traços que passam a ser perseguidos, e um modo geral, na educação superior brasileira são: pesquisa aplicada, cursos mais rápidos, inclusive apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação; processos avaliativos ou de regulação calçados em resultados, dentre outros. Adicionalmente, cabe destacar a gradativa perda da autonomia universitária, diretamente relacionada à emergência de uma heteronomia de gestão e de uma nova relação entre universidade e setor empresarial, que começa a ter curso. (MANCEBO, 2017, p.883)

Além de um verdadeiro ataque aos direitos trabalhistas, adotando medidas para reduzir os custos, precarizando o trabalho universitário, caracterizando uma busca clara pela terceirização, ou aprofundamento do trabalho precário. A Emenda Constitucional que tramitou na Câmara, PEC nº241, depois no Senado PEC nº55, é um exemplo disso, congelou os valores destinados à educação, saúde e custeio da máquina pública nos próximos vinte anos, ou seja, tanto as instituições, bem como as pessoas que as constitui, ficam expostas a precarização de seu trabalho e da formação desses estudantes.



A PEC 241 (Câmara) e posteriormente 55 (Senado) vem nessa direção selar o processo de desmonte, ao congelar os investimentos por 20 anos, sem qualquer consulta às bases populares, apenas a partir de votações na Câmara e no Senado, que não contam com a confiança do conjunto da população, o que tem sido frequentemente expresso em manifestações públicas, abaixo-assinados e no crescente índice de desaprovação do governo e dos parlamentares pela população. O chamado novo regime fiscal, instituído pela PEC 55, pauta-se numa concepção de que o enfrentamento da crise fiscal passa necessariamente pelo corte de gastos sociais e consequentemente pela restrição de direitos, desconsiderando o questionamento da dívida pública e de seu sistema de juros que são efetivamente a razão maior do comprometimento do orçamento do país. (PRATES, 2016, p.228).

Um ataque claro aos direitos dos trabalhadores e por consequência a educação pública, que também se corporificou através da Medida Provisória (MP) 792, que constituiu um Programa de demissão Voluntária (PDV) nada mais, nada menos que uma armadilha para os servidores públicos. Ainda prevê a redução de carga horária, combinada com a redução de salário, além de facilitação de licença sem remuneração, dando autonomia para gestores das instituições públicas decidirem sobre a licença e redução de carga horária. No entanto, devido organização do funcionalismo e muitos protestos a MP 792 teve seu prazo de vigência encerrado em 28 de novembro de 2017.

No entanto, o governo continua querendo desmoralizar o funcionalismo público, com um discurso de que são pouco produtivos, bem remunerados, o que acaba por onerar o estado. Em contrapartida, podemos verificar através de alguns estudos que comprovam que o número de servidores federais é reduzido, não chegando a níveis alarmantes como o governo e a grande mídia tenta inculcar como verdade.

A organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou um relatório sobre o tema em 2010, chegando a conclusão de que “o total de servidores públicos (governo federal, estadual e municipal) no Brasil é bastante limitado em termos de tamanho (de 11% a 12%, incluindo empresas estatais) em comparação com países membros da OCDE (22% em média). Mesmo as despesas com pessoal da União apresentam trajetória de queda ao longo do tempo, “abaixo do limite máximo de 50% da receita corrente líquida estabelecido pela LRF<sup>12</sup>”. (GARRA, set. 2017, p. 6).

A Universidade tem sido fortemente atacada pela máquina estatal, com busca e apreensão de documentos, como aconteceu na Universidade Federal de Santa Catarina e também na Universidade Federal de Minas Gerais, além de professores sendo conduzidos coercitivamente para depoimentos.

No dia 09 de dezembro de 2016 a polícia federal (PF), efetuou uma operação chamada de “Operação PhD”, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com uma suspeita de fraude em um determinado programa de extensão. Em 13 de fevereiro de 2017 foi a vez da Universidade Federal do Paraná (UTFPR) na “Operação Research” com mais de 180

---

<sup>12</sup> Lei de Responsabilidade Fiscal.

agentes federais envolvidos, onde foram apreendidos vários documentos, cumpridos mandatos de prisão e conduções coercitivas. No entanto, não era tudo que a PF tinha reservado para as universidades públicas federais, em 14 de setembro de 2017 a “Operação Maucos” chega a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde cumpriu mandatos de prisão, cinco conduções coercitivas, com inúmeros policiais federais envolvidos inclusive de outros estados. Vale ressaltar que no caso da UFSC tivemos o agravante da prisão de seu reitor, acusado de obstruir as investigações, foi encaminhado para um presídio, com algemas, foi humilhado em um procedimento de revista íntima, e quando foi solto estava impedido de voltar a universidade da qual tinha sido eleito reitor. No dia 02 de outubro de 2017 cometeu suicídio.

Infelizmente esse não foi o último episódio da polícia federal nas universidades federais, no dia 6 de dezembro de 2017 foi a Universidade Federal de Minas Gerais o alvo da “Operação Equilibrista”, cumpriu na instituição oito mandatos de condução coercitiva, reitor e vice-reitor além de dirigentes de gestões anteriores.

Como se viu, em pouco menos de um ano, 4 das maiores universidades federais do Brasil (UFMG, UFRGS, UFSC e UFPR), sofreram impactantes operações policiais, com quantidade de agentes (geralmente também acompanhados de auditores de órgãos de controle) suficientes para um conflito armado. Todas com imensa e desmedida repercussão midiática. Em alguns desses casos, com prisão ou condução coercitiva das autoridades máximas – nos planos administrativo e simbólico- das instituições universitárias. Nunca se viu um cenário desses antes. (FONSECA, 2017, s/p)

Nenhuma dessas ações foram julgadas até o momento, são motivadas pelo momento político vivido, ideologicamente, colocando em prática um movimento inquisitório, com desculpas como a moralidade administrativa. Nos parece que com a ajuda da mídia, as ações da Polícia Federal são indicativas de um alinhamento como governo golpista de Temer para desqualificar as instituições públicas, juntamente com seus gestores e demais profissionais, atendendo as recomendações do Banco Mundial de que o ensino superior público não deve existir mais, dando lugar assim para a iniciativa privada.

### **Considerações finais**

Em face aos inúmeros ataques aqui já expostos, que estão nos colocando limitações de agir, em função de cortes de verbas, imposições de leis aprovadas sem a participação popular, uso da força policial, utilização da mídia para desestruturar as políticas e avanços sociais, em todos os âmbitos inclusive o universitário, o que vivemos é sem dúvidas um levante da pior face do neoliberalismo, desde a última redemocratização do nosso país,

Não podemos desistir da luta diante tantas dificuldades. Precisamos nos organizar enquanto classe trabalhadora para reverter essa situação. E para tanto, as universidades, as escolas, tem um papel importante, porém sozinha não pode nada. Será necessária a utilização de todos os espaços pedagógicos disponíveis: sindicatos, associações, igrejas, entre outros, no sentido de tornar possível mudanças radicais do cenário social, político, econômico.

Há um movimento de coerção tentando calar vozes que são destoantes das políticas do governo, no entanto, precisamos resistir por meio de movimentos sociais antissistêmicos<sup>13</sup> que defendam a autonomia das universidades e sua necessidade de ensino e extensão.

## Referências

ALVES, Giovanni. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política de expansão da educação superior nos governos democráticos brasileiros (1995-2013). In: SOUZA, José Vieira de, Org. **Expansão e Avaliação da Educação Superior Brasileira: formatos, desafios, e novas configurações**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço. 2015, p.73-93.

FLORESTAN, Fernandes. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução**. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

FIGOTTO, Gaudêncio. **Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI**. Revista Brasileira de Educação, v.16, jan./abr., 2011, p. 235-274. < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13>> Acessado 20 mai. 2018.

GARRA. **Sindicato dos servidores públicos federais no Estado de Pernambuco**. Informativo- ano XVI- nº201. Recife, set. 2017. Acessado: 20 jun. 2018. <[http://www.sindsep-pe.com.br/imagens/noticia/GARRA\\_SETEMBRO.pdf](http://www.sindsep-pe.com.br/imagens/noticia/GARRA_SETEMBRO.pdf)>

MANCEBO, Deise. Políticas de Educação Superior no Brasil. IN: JUNIOR, João dos Reis et al, organizadores. **Educação Superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015, p.141-161.

MANCEBO, Deise. **Crise Político-Econômica no Brasil: Breve Análise da Educação Superior**. Revista Educação e Sociedade. V.38, nº141, p.875-892, out-dez, 2017. <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017176927.pdf>> Acessado: 20 fev. 2018.

---

<sup>13</sup> Esse conceito de foi cunhado por Immanuel Wallerstein nos anos setenta, com o intuito de englobar os dois grandes movimentos sociais que se afirmaram no século XIX. Segundo Rojas (2013, p.1): “os movimentos antissistêmicos serão então aqueles que, além de lutar contra todas as expressões do mundo capitalista, lutem também contra todas as estruturas e realidades vinculadas a esse sistema classista da sociedade, e ainda, combatam, também frontalmente, todas as manifestações deste sistema escasso e pré-histórico de toda a humanidade.”

MEC. **A democratização e Expansão do Ensino Superior no País 2003-2014**. 2014.  
<[portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014/16762-balancosocial-sesu-2003-2014](http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2014/16762-balancosocial-sesu-2003-2014)>  
Acessado: 15 abr. 2018.

PRATES, Jane Cruz. **As Ameaças do Tempo Presente aos Direitos Conquistados: Uma morte anunciada**. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre. V.15, n.2, p.225-233, ago./dez. 2016. Acessado: 20 jun.2018.  
< [revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/26234/15288](http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/26234/15288) >

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Trad. André Dione Fonseca e Eduardo de Melo Salgueiro. **O que são movimentos antissistêmicos?** Revista eletrônica História em Reflexão. V.7, n.1. 2013. p.1-24. Acessado: 15jun. 2018.  
<<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/2503/1473>>

TEMER, Michel. **Plano a ponte para o futuro**. 2015. Acessado: 20 jun. 2018.  
<<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf> >

TRINDADE, Hélió. As Metáforas da Crise: da “Universidade em Ruínas” às “Universidades na Penumbra” na América Latina. IN: GENTILI, Pablo (org). **Universidades na Penumbra: Neoliberalismo e Reestruturação Universitária**. São Paulo: Cortez, 2001, p.13-43.